



Ofício Nº 04/2021/ ASSJUR



Fortaleza/CE, 08 de fevereiro de 2021.

À

**A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Cariré/CE**  
ATT. Presidente ARNÓBIO DE AZEVEDO PEREIRA

Ref.: Erro Material no Edital de Tomada de Preço Nº 002/2021/SMI-TP.

Senhor Presidente,

### O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO CEARÁ

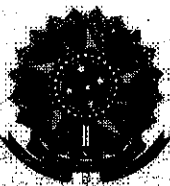
– CAU/CE, Autarquia Federal de Fiscalização Profissional, regida pela Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.929.252/0001-04, com sede na Rua do Rosário, nº 77, 7º andar, Centro, Fortaleza/CE, CEP 60150-161, por seu procurador *in fine*, vem, **respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria registrar a existência de erro material no edital em epígrafe, mais especificamente no que diz respeito a qualificação técnica dos licitantes, e, ao final, solicitar.**

Constitui objeto da licitação a (sic) **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DIVERSOS, ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO, MEMORIAL DE CÁLCULO, CRONOGRAMA FÍSICO/FINANCEIRO, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CARIRÉ/CE”.**

A Lei 12.378/2010, que veio regular o exercício da profissão de arquiteto e urbanista, em seu art. 2º, aponta as atividades e atribuições destes, senão veja:

Art. 2º. As atividades e atribuições do arquiteto e urbanista consistem em:

- I - supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica;
- II - coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação;
- III - estudo de viabilidade técnica e ambiental;
- IV - assistência técnica, assessoria e consultoria;
- V - direção de obras e de serviço técnico;



# CAU/CE

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará

IV - assistência técnica, assessoria e consultoria;

VI - vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem;

VII - desempenho de cargo e função técnica;

VIII - treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária;

IX - desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, padronização, mensuração e controle de qualidade;

X - elaboração de orçamento;

XI - produção e divulgação técnica especializada; e

XII - execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico.

Parágrafo único. As atividades de que trata este artigo aplicam-se aos seguintes campos de atuação no setor:

I - da Arquitetura e Urbanismo; concepção e execução de projetos;

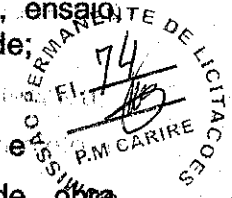
II - da Arquitetura de Interiores; concepção e execução de projetos de ambientes;

III - da Arquitetura Paisagística; concepção e execução de projetos para espaços externos, livres e abertos, privados ou públicos, como parques e praças, considerados isoladamente ou em sistemas; dentro de várias escalas, inclusive a territorial;

IV - do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico; arquitetônico, urbanístico, paisagístico; monumentos, restauro, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades;

V - do Planejamento Urbano e Regional; planejamento físico-territorial, planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional fundamentados nos sistemas de infraestrutura, saneamento básico e ambiental, sistema viário, sinalização, tráfego e trânsito urbano e rural, acessibilidade, gestão territorial e ambiental, parcelamento do solo, loteamento, desmembramento, remembramento, arruamento, planejamento urbano, plano diretor, traçado de cidades, desenho urbano, sistema viário, tráfego e trânsito urbano e rural, inventário urbano e regional, assentamentos humanos e requalificação em áreas urbanas e rurais;

VI - da Topografia; elaboração e interpretação de levantamentos topográficos cadastrais para a realização de projetos de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo, foto-interpretação, leitura, interpretação e análise de





# CAU/CE

VI - da Tecnologia, elaboração e interpretação de projetos cadastrais para a realização de urbanismo e de paisagismo, e Urbanismo do Ceará

www.cauce.org.br / atendimento@cauce.org.br



dados e informações topográficas e sensoriamento remoto;

VII - da Tecnologia e resistência dos materiais, dos elementos e produtos de construção, patologias e recuperações;

VIII - dos sistemas construtivos e estruturais, estruturas, desenvolvimento de estruturas e aplicação tecnológica de estruturas;

IX - de instalações e equipamentos referentes à arquitetura e urbanismo;

X - do Conforto Ambiental, técnicas referentes ao estabelecimento de condições climáticas, acústicas, lumínicas e ergonômicas, para a concepção, organização e construção dos espaços;

XI - do Meio Ambiente, Estudo e Avaliação dos Impactos Ambientais, Licenciamento Ambiental, Utilização Racional dos Recursos Disponíveis e Desenvolvimento Sustentável.

Ou seja, o arquiteto e urbanista, que desde 2010 é registrado no CAU<sup>1</sup> e não mais no CREA, pode exercer todas as atividades dispostas no objeto do presente edital.

No entanto, ao apontar os requisitos para a qualificação técnica, essa Comissão determinou que o licitante deve apresentar "Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) em plena validade" – item 7.3.3.1.

O CAU/CE interpretou a situação como mero erro material.

Tal equívoco, se não corrigido, vai restringir a participação de empresa composta unicamente de profissional arquiteto e urbanista (e/ou registrada apenas no CAU), o que ensejará no encaminhamento de denúncia ao Ministério Público, podendo trazer prejuízos tanto ao Município, pelo atraso na contratação necessária, como aos licitantes, que precisarão se submeter a novo certame.

Neste sentido, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará, no exercício de suas funções de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo, tem legitimidade para realizar a presente intervenção, no que se refere ao equívoco apontado no campo da qualificação técnica, para que essa Comissão de Licitação, em observância da Lei, a cumpra, evitando posterior nulidade da licitação pública.

No entanto, ao apontar os requisitos para a qualificação técnica, essa Comissão determinou que o licitante deve apresentar "Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) em plena validade" – item 7.3.3.1. Para uso do título de arquiteto e urbanista e para o exercício das atividades profissionais privadas correspondentes, é obrigatório o registro do profissional no CAU do Estado ou do Distrito Federal.

O CAU/CE interpretou a situação como mero erro material.



**Solicita, pois, o CAU/CE, em razão do erro material constatado, seja retificado o presente Edital para fazer constar:**



- a) no item 7.3.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) em plena validade ou Registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará – CAU/CE;
- b) no item 7.3.3.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista, detentores de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução de serviços semelhantes; e
- c) no item 7.3.3.6. Comprovação de capacidade técnico-profissional da licitante, através de Certidão de Acervo Técnico fornecido por pessoa jurídica de direito público, devidamente registrado e certificado na entidade profissional competente – CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), que comprove...

Crentes no pronto atendimento, subscreve reiterando protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

**Fábio Menezes Nogueira**  
**Procurador do CAU/CE**  
**OAB/CE 22.220**

- c) no item 7.3.3.6. Comprovação de capacidade técnico-profissional da licitante, através de Certidão de Acervo Técnico fornecido por pessoa jurídica de direito público, devidamente registrado e certificado na entidade profissional competente – CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), que comprove...

Crentes no pronto atendimento, subscreve reiterando protestos de